

GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

TELOCKEN, Suelen. Geíse¹; KOCHHANN, Shaiane. Caroline², TRINDADE, Nathália. Rigui³; MOISEICHYK, Ana. Elizabeth⁴.

RESUMO

O governo, por meio da necessidade comum da população, busca através da aplicação de ações estruturalistas, desenvolver e melhorar o padrão e as condições de vida de um determinado grupo, por meio de uma boa gestão. Então, determina-se o tempo de vida destas ações, até que se alcance o objetivo satisfatório e que venha suprir a necessidade pela qual ela foi elaborada. Essas ações são denominadas de "políticas públicas". Assim, o objetivo deste trabalho se caracteriza por levantar as políticas públicas aplicadas na área da Indústria e do Comércio Local de Palmeira das Missões-RS e buscar analisar o impacto causado por tais ações. O método contemplou uma pesquisa qualitativa, apoiada por meio de um estudo bibliográfico a respeito do assunto, bem como por meio da coleta de dados de forma documental, levantada por meio da prefeitura municipal. Como resultado, foi possível observar que há políticas públicas de envolvimento por parte da população, e gestão pública local, entretanto, porém, não é possível inferir que tais medidas venham realmente auxiliar o desenvolvimento econômico em razão das condições estruturais que emergem o ambiente local.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Indústria e Comércio, Economia local.

ABSTRACT

The government, through the common needs of the population, search by applying structuralist actions, develop and improve the standard and living conditions of a particular group, through good management. Then, determine the lifetime of these actions until they reach a satisfactory goal and that will meet the need for which it was designed. These actions are called "public policy." The objective of this work is characterized by raising public policies applied in the field of Industry and Commerce Palm Local Mission-RS and seek to analyze the impact of such actions. The method included a qualitative research, supported by a bibliographic study on the subject and by collecting data documentary form, raised by the municipal government. As a result, it was observed that there are public policy involvement by the population, and local public administration, however, however, can not be inferred that such measures will really help the economic development due to the structural conditions that emerge from the local environment.

Keywords: Public Policy, Industry and Commerce, the local economy.

¹ Mestranda em Administração. UFSM. E-mail: stelocken@gmail.com

² Mestranda em Administração. UFSM. E-mail: shaikochhann@hotmail.com

³ Mestranda em Administração. UFSM. E-mail: nathaliariguitrindade@gmail.com

⁴ Doutorado em Engenharia da Produção. UFRGS. E-mail: anamoiseichyk@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Após a aplicação da Constituição em 1988, o Estado procurou se preocupar com questões políticas e estruturais, voltadas para o bem comum da sociedade, de maneira humanista e racional, sugerindo, então, uma série de ações públicas e de direitos sociais, tendo em vista melhorar a qualidade de vida da população. Desta forma, a gestão pública inseriu em seu papel político questões de grande relevância, que afetam de forma direta a vida da população, no desenvolvimento equânime da sociedade, bem como procurando ofertar à sociedade condições mínimas de subsistência, amenizando e/ou buscando erradicar problemas de ordem pública.

Na administração pública, quando nos referimos à administração de uma sociedade, e seus investimentos com relação à estrutura e as demandas da população, o setor geralmente procura priorizar tanto projetos sociais, quanto projetos de infraestrutura, financiados por recursos públicos, destinado à resolução de problemas econômicos ou sociais (HOLANDA, 2003).

Nesse sentido, “o modelo que vem sendo adotado para a gestão das políticas públicas no Brasil têm afiançado a opção do Estado e da sociedade civil em partilhar as demandas sociais, que emergem das múltiplas necessidades da questão social” (FERNANDES; MACIEL; CLOS, 2012, p.7). Tendo em vista este mesmo pensamento, “a partir da década de 1990, observou-se em todo o mundo uma tendência clara para o aumento da participação da iniciativa privada em projetos de infraestrutura pública, em substituição ao investimento governamental” (SARAIVA; BRANDÃO, 2007, p. 3).

Conforme destacado anteriormente, o governo devido à necessidade comum e de boa parte da população, busca por meio de ações, a melhoria do padrão e das condições de vida e subsistência da população. Dessa maneira, o governo procura intervir na sociedade por meio de ações públicas a fim de promover o bem estar da população, bem como o desenvolvimento local da comunidade.

As políticas públicas são oriundas de uma necessidade emergencial, voltadas a melhorar ou sanar um problema enfrentado pela maioria da comunidade local. Neste sentido, a sociedade, como parcela fortemente afetada pelas ações políticas promulgadas pelo governo, deve mobilizar-se buscando possíveis melhorias ao pressionar a gestão pública instaurada. Ou seja, tendo em vista que a sociedade é a parcela mais afetada pelas ações do governo, a mesma deve participar de forma ativa dentro das decisões tomadas, buscando analisar, mensurar,

apontar e exigir melhorias para problemas locais, além de fiscalizar se as aplicações destas ações estão de acordo com o que se espera do governo local.

Neste contexto, o trabalho busca analisar como a gestão pública municipal de Palmeira das Missões, situada na região noroeste do estado do Rio grande do Sul, aplica seus recursos públicos de forma a fomentar e oportunizar às micro e pequenas indústrias a expansão e o suporte no que tange os empreendimentos comerciais. Haja vista que, havendo este apoio às empresas, a sociedade proporcionalmente acaba sendo beneficiada pela circulação de recursos financeiros, gerando mais empregos, riquezas locais e desenvolvimento municipal.

Tendo em vista a atuação do governo em auxiliar e buscar melhorias para a população, bem como auferir políticas de desenvolvimento local, tendo como referência fomentar e oportunizar a expansão da economia, como problema de pesquisa, busca-se responder a seguinte questão: “A aplicação e desenvolvimento de projetos, no que tange a área da Indústria e do Comércio do município de Palmeira das Missões, no período de 2009 a 2012, impacta na economia local?”.

Ao buscar a ampliação econômica de uma dada localidade, por meio do incentivo ao comércio local, da aplicação de políticas de desenvolvimento e da inserção de projetos de apoio às micro e pequenas empresas, a comunidade pode ser beneficiada, pois a agregação de valor vai além do lucro ao empresário, influenciando no crescimento das taxas de emprego, melhoria das condições de vida da população, crescimento e expansão dos negócios, e por consequência, uma possível erradicação da pobreza.

2. Importância das políticas públicas como ações estruturalistas

Considerando a importância que as ações políticas inferem sobre a sociedade, como aporte incremental “o modelo que vem sendo adotado para a gestão das políticas públicas no Brasil têm afiançado a opção do Estado e da sociedade civil em partilhar as demandas sociais, que emergem das múltiplas necessidades da questão social” (FERNANDES; MACIEL; CLOS, 2012, p.7).

As políticas públicas de desenvolvimento local, bem como aquelas voltadas ao âmbito público, nascem como uma necessidade emergencial local, onde o governo busca subsídios para reduzir e/ou erradicar problemas de cunho social. Tais ações políticas podem abranger diversas áreas, muitas vezes dotadas de grande relevância para o governo, bem como:

economia, saúde, segurança, trabalho, educação, tecnologia e inovação, questões socioambientais, entre outras.

Essas políticas públicas podem ser desmembradas em ações políticas necessárias em curto ou longo prazo. Assim, os projetos geralmente apresentam caráter experimental, situando-se no curto prazo, envolvendo grandes discussões acerca de soluções viáveis para amenizar ou extinguir problemas sociais locais. Já os programas, são ações advindas de projetos que obtiveram grande aceitação por meio da sociedade, e que de certa forma auxiliam no desenvolvimento e na melhoria das condições de vida da população. Geralmente um programa tem seu término quando se chega a uma condição desejada e esperada, onde é possível perceber que a sociedade não depende mais da assistência por parte da ordem pública.

A ação coletiva, aplicada por meio das políticas públicas, dotadas de questões voluntárias e sociais não se limita em preparar e engajar indivíduos, e sim, de ser visualizada como um processo de incentivo a participação dos recursos e das comunidades locais, elencados pela capacidade transformadora (MOISÉS et al., 2010). O governo através da sua atuação, como afirma Justi (2013, p. 5) busca mobilizar tais agentes por meio da:

execução e avaliação de ações, projetos e programas governamentais, buscando soluções mais próximas da realidade e dos meios que as comunidades e organizações dispõem. Consolidando e expandindo parcerias, promovendo e aumentando a capacidade comunitária de resolver seus próprios problemas e auxiliando-as a sanar seus mais distintos problemas sociais (JUSTI, 2013, p. 5).

Neste sentido, a sociedade por meio de alguns indivíduos, famílias e coletividade, sensibilizados com problemas locais, trabalhando em conjunto, podem identificar, conhecer, analisar e apresentar os problemas enfrentados pela coletividade ao governo, reconhecendo na sociedade seu papel transformador e criador, buscando meios de desvendar soluções e /ou encaminhamentos de problemas (MOISÉS et al., 2010).

Por isto, a sociedade também é dotada de grande poder intervencionista para a gestão pública local, pois os cidadãos através da participação ativa conseguem intervir e forçar o governo a tomar medidas auxiliares tendo em vista o desenvolvimento e a melhoria do padrão de vida de uma comunidade local.

É neste sentido que, por meio do modelo de democratização que surgiu com a aplicação da Constituição, houve maior incentivo e participação direta pelos estados e municípios na criação e implementação de políticas, principalmente aquelas voltadas a promoção de gestão e prestação de serviços, contemplando diversos setores carentes de nossa

sociedade, ampliando e sugerindo suporte aos direitos civis, políticos e sociais (BASTOS, 2009).

Independentemente do tipo de nação que se estruture, é de fundamental importância que se exista uma relação de interação entre sociedade e Estado, corroborando com a ideologia de Bastos (2009), onde a democracia deve estar ligada ao embasamento social e à dimensão institucional, com a finalidade de democratizar o Estado.

Visando o debate das questões de interesse comum, o setor governamental atua através da gestão das políticas públicas e da gestão de demandas e necessidades dos cidadãos que integram a sociedade. Pereira (2008, p.94) afirma que “a política pública não é somente do Estado, visto que, para a sua existência, a sociedade exerce papel ativo e decisivo”.

Desta forma, a figura do Estado somente pode exercer a sua função por ser responsável pelo suprimento das necessidades que a sua população enfrenta, visando a melhoria do padrão de vida da população como também pela oferta do suprimento das mínimas condições de vida necessárias a esta sociedade.

2.1 Influência da gestão pública sobre a sociedade

O governo ao se mostrar preocupado com as demandas da sociedade pode ser caracterizado como um “governo empreendedor”, que segundo Secchi (2009) os conceitos de Osborne e Gaebler infringem um estilo pragmático de gestão pública, voltado e inspirado na teoria administrativa moderna. Desta forma, Secchi (2009) define uma lista de situações que busque transformar uma organização pública burocrática em uma organização pública racional e eficaz (Quadro 1).

Quadro 01: Organização Pública Racional

Governo catalisador	Os governos não devem assumir o papel de implementador de políticas públicas sozinhos, mas sim harmonizar a ação de diferentes agentes sociais na solução de problemas coletivos;
Governo que pertence à comunidade	Os governos devem abrir-se à participação dos cidadãos no momento de tomada de decisão;
Governo orientado ao cliente	Os governos devem substituir a autoreferencialidade pela lógica de atenção às necessidades dos clientes/cidadãos.

Fonte: SECCHI, 2009.

Neste sentido, por mais que o governo se esforce na aplicação de políticas públicas que venham melhorar o padrão de vida das pessoas, é possível observar que o mesmo precisa da opinião popular, por meio da participação da sociedade civil, auxiliando-o tanto na elaboração das ações, em atributo as demandas sociais, como também, por meio da aplicação destas políticas.

2.2 A importância das políticas públicas para o desenvolvimento local

Ao longo dos anos 90, a sociedade passou por uma longa fase de transição nos padrões de competição dos mercados, em função da desverticalização estrutural das grandes empresas, como também pelo considerável crescimento massivo de empreendimentos de pequeno porte responsáveis por gerar renda e competidores potenciais locais (SANABIO; DAVID, 2006).

Desta forma, a promoção do desenvolvimento das pequenas e médias empresas por meio de políticas públicas conforme citado pela OECD (2010) é capaz de gerar valor econômico através da diversidade e pela expansão de novos negócios. Assim, apoiando e oferecendo suporte aos empreendimentos já existentes, e por consequência, fomentando a identificação e a exploração de novos produtos, processos e serviços rentáveis (OECD, 2010).

A promoção de políticas públicas de desenvolvimento econômico por meio da gestão pública local pode fazer com que empresas se adaptem mais facilmente ao contexto econômico, disseminando-se rapidamente, gerando emprego, renda, inovação, desenvolvimento econômico-social da população local, oportunizando muitos indivíduos e comunidades na inserção social.

Segundo estudo realizado pelo MDIC (2012), as políticas públicas podem ser definidas através do seu foco, pois abarcam os seguintes aspectos:

políticas que visam promover a cultura empreendedora; políticas de desenvolvimento da educação empreendedora; políticas de redução das barreiras de entrada e saída; políticas de financiamento; políticas de suporte ao empreendedor; e políticas de suporte a grupos específicos (MDIC, 2012).

Ainda dentro do mesmo contexto das políticas públicas, devem-se considerar:

os aspectos que impactam diretamente o ambiente empreendedor, se tem: ambiente econômico; marco regulatório; governança; infraestrutura; internacionalização; disseminação, capacitação, educação; desoneração tributária e desburocratização; investimento, financiamento e crédito; tecnologia e inovação; cultura empreendedora

e perfil do empreendedor; empreendedorismo por segmentos populacionais específicos (MDIC, 2012).

As políticas públicas devem estar alinhadas ao cenário econômico social, que segundo Sarfati (2013), deve desvendar as pretensões de crescimento e desenvolvimento desejados segundo seus governos e suas peculiaridades para se alcançar cada política em específico.

3. Procedimentos Metodológicos

O presente estudo foi desenvolvido inicialmente por meio de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2009) a pesquisa bibliográfica busca explicar um problema a partir de referências teóricas já publicadas, tendo por intuito possibilitar o conhecimento e a análise das contribuições culturais ou científicas existentes sobre um determinado assunto, permitindo ao pesquisador a cobertura mais ampla de uma gama de fenômenos.

Após o levantamento bibliográfico, o estudo de caso, foi concretizado por meio de uma pesquisa documental, através de dados secundários, com caráter exploratório, a qual se baseia na análise de conteúdo de diversas fontes e documentos, visando desenvolver respostas a cerca de um fenômeno ou situação. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico como documentos de arquivos, atas de reuniões, relatórios, boletins, jornais, gravações, pareceres, fotografias, entre outros documentos (GIL, 2009) por meio de sites confiáveis, como IBGE (2012), através de censos demográficos que viessem refletir as condições econômicas atuais.

Ainda, o estudo apresenta caráter essencialmente qualitativo, pois procura analisar fatos, como também, buscar explicações atribuídas sobre certas questões relevantes dentro do contexto real. Neste sentido, o estudo também se caracteriza como uma pesquisa aplicada, pois busca gerar soluções para problemas específicos, além de envolver verdades e interesses locais (Gill, 1999).

4 Apresentação e análise dos resultados

O município de Palmeira das Missões, localizado no interior do Rio Grande do Sul, é designado como 5º distrito do município de Cruz Alta em 1834, onde apresenta uma área territorial de 15.600 km². Através de dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio de um censo realizado no período de 2010, o município

apresentou aproximadamente uma população de 34.328 habitantes, e densidade demográfica de 24,18 hab/km². Também, o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH do município é de 0,737 pontos.

Após o surgimento do município fez-se necessário a estruturação de uma prefeitura municipal, onde ocorreu uma separação das secretarias tendo em vista a distinção das atividades e o desenvolvimento de ações benéficas a população local, tendo em vista dar andamento aos trabalhos, atender reivindicações dos seus habitantes e atender as necessidades dos munícipes.

A Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões atualmente contempla as seguintes unidades: Secretaria Municipal da Administração; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal da Fazenda; Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal do Bem Estar Social; Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Turismo; Secretaria Municipal de Atividades Públicas e Serviços Essenciais; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Trânsito; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; Secretaria Municipal de Planejamento e a Procuradoria Geral do Município. Algumas Secretarias estão instaladas dentro do Prédio Administrativo como a Administração, Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Educação, Procuradoria e um Gabinete de Projetos. As demais estão instaladas em outros locais. Também está instalado no Prédio da Prefeitura o IBGE, EMATER, PROCON e Conselho Tutelar.

Em 2012, segundo dados levantados pela Prefeitura Municipal, havia cerca de 1.181 empresas atuando no município, sendo que em sua maioria prevalece micro e pequenas empresas, empregando aproximadamente 5.917 pessoas. Por outro lado, a economia local é caracterizada como essencialmente agrícola, podendo-se inferir que o Município em destaque é caracterizado por ter uma grande produção de grãos, onde se sobressai o cultivo das culturas de soja, trigo, milho entre outros tipos de grãos e a erva-mate.

Assim, antes do município apresentar uma grande representatividade econômica na área da indústria e do comércio local, o município possuía vasta participação e abrangência sobre a economia quando nos referimos ao setor agrícola. Ou seja, o setor em destaque que mais infere influência econômica local para o município, caracteriza-se pela produção a granel de trigo, soja, milho, aveia, erva mate, entre outros tipos de grãos cultivados, pois no entorno da região, situa-se grande quantidade de propriedades rurais, como fazendas e granjas com um bom desempenho produtivo para a região.

Atualmente a Secretaria da Indústria e Comércio possui como agentes de desenvolvimento deste setor, um Secretário Municipal, um Agente de Desenvolvimento e mais duas pessoas realizando suas atribuições para contribuir com o setor. Por mais que se configurem poucos os agentes envolvidos no setor, alguns resultados já se pode mensurar neste segmento, por meio da inter-relação e cooperação que há entre os sindicatos, associações e apoiadores que possuem o mesmo objetivo fim, como a Câmara de Dirigentes Lojistas, Sindi lojas, Sindicato Rural, Associação Comercial, além de termos o apoio constante do SEBRAE e do SENAC.

Assim, com a finalidade de analisar as políticas públicas que integram a área da Indústria e do Comércio, tendo em vista descrever seu real impacto sobre a economia local serão descritos a seguir os projetos e programas em andamento no município.

4.3 Relevância das Políticas Públicas atuais, e suas contribuições até o momento

Por meio de alguns índices levantados pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE foi possível descrever alguns dados importantes a respeito do desenvolvimento da economia local do município de Palmeira das Missões localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul, levando em consideração o último censo demográfico realizado por tais bases de dados, ou seja, utilizando-se dados levantados durante o período de 2009 a 2012.

Assim, por meio do Quadro 02, é possível refletir a quantidade de empresas e pequenos negócios ativos no município, no período de 2012, onde houve a atuação de 1.181 empresas locais. Já as unidades locais configuram aproximadamente em 2012, 1.266 unidades no município.

Quadro 02: Empresas Atuantes no Município

Empresas Atuantes	2009	2010	2011	2012
Número de empresas atuantes (Unidades)	1.203	1.291	1.212	1.181
Número de unidades locais (Unidades)	1.233	1.330	1.253	1.226

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Com isso, pode-se afirmar que poucos empreendimentos foram criados ao longo deste período, entretanto, somente no ano de 2011 foi possível diagnosticar uma eventual redução, mas não muito significativa para a economia local. Provavelmente esta redução ocorreu em

função de negócios recentemente criados ou com pouca estrutura, o que levou ao término de suas atividades.

Assim, podemos presumir que no ano de 2009 a 2012 número de empresas atuantes aumentou o equivalente a 0,74% por cento, sendo que no ano de 2012 houve uma redução de 2,6% por cento. Já, quanto ao número de unidades locais, de 2009 a 2012 houve uma certa variação sobre o número de empresas atuantes, se comparado ao primeiro ano estudado (Quadro 02).

Segundo o Quadro 03, quando se refere à análise de pessoas empregadas no município, podemos identificar um avanço sobre a quantidade de pessoas assalariadas, no período que tange de 2009 a 2012, descrevendo um aumento de 10,27% por cento. Já quando se refere a pessoas ocupadas, também podemos analisar certo aumento de 9,04% por cento dentro do período em destaque.

Quadro 03: Pessoas Empregadas no município

Emprego	2009	2010	2011	2012
Pessoal ocupado assalariado	3.939	4.256	4.281	4.390
Pessoal ocupado total	5.382	5.901	5.705	5.917

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Quanto aos salários gerados por meio do comércio local, podemos perceber conforme o Quadro 04 pouca oscilação. Assim, a quantidade de salários médio mensal para a população somente nos anos de 2010 a 2011 apresenta certa evolução, reduzindo posteriormente em 2012. Já sobre as outras remunerações, podemos perceber um aumento bem significativo dentro do período estudado, apresentando um aumento de 36,8% por cento.

Quadro 04: Média Salarial no município

SALÁRIOS	2009	2010	2011	2012
Salário médio mensal (Quant. Salários Mínimos)	2,2	2,3	2,3	2,2
Salários e outras remunerações (MIL REAIS)	50.990	61.565	71.098	80.675

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Já quanto ao Produto Interno Bruto-PIB (Quadro 05), conhecido pela soma das riquezas geradas dentro de uma determinada área pré-estabelecida, ou seja, o valor que pode mensurar o desenvolvimento local gerado por meio de atividades econômicas dentro do município. Assim, de 2009 a 2012 houve um significativo aumento sobre tais riquezas geradas pelo município de 13,76% por cento. Também, o valor que incide de impostos sobre o PIB reflete esse acréscimo, demonstrando um crescimento de 33,43% por cento.

Quadro 05: Produto Interno Bruto- PIB

PIB	2009/	2010/	2011/	2012/
PIB (MIL REAIS)	596.141	649.424	761.284	691.293
IMPOSTO	36.353	42.836	52.576	54.607

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Por Meio de Consenza (2003) na economia, toda a riqueza adquirida por meio de atividade produtiva é considerado Valor Adicionado Bruto, além de fazer parte da classificação mensurada como PIB-Produto Interno Bruto. O VAB- Valor Adicionado Bruto nos remete a todo valor bruto produzido, considerando tanto valor em estoque como dinheiro corrente sobre esta denominação.

Entretanto, dentro do VAB, podemos mensurar três contas de grande importância para analisar a atividade econômica, sendo elas: o valor arrecadado com a agroindústria, comércio e com os serviços.

Quadro 06: Valor Adicionado Bruto de Produtos Agropecuários

VALOR ADICIONADO BRUTO	2009/ MIL REAIS	2010/ MIL REAIS	2011/ MIL REAIS	2012/ MIL REAIS
Agropecuária	176.139	153.084	186.149	117.558
Indústria	84.014	104.603	135.812	109.603
Serviços	299.635	348.901	386.748	409.525

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Assim, podemos perceber que o setor dos serviços é o que mais vêm se destacando quando nos referimos ao desenvolvimento econômico local. Também podemos perceber que a agricultura apresenta gradativamente uma grande queda se comprarmos com o período de 2009 a 2012. Também, o setor da indústria é ainda um dos setores que mais apresentou oscilações, entretanto, se encontra em gradativo crescimento. Ou seja, de 2009 a 2012, o setor voltado à agroindústria sofreu uma representativa queda de 33,3% por cento dentro do período.

Já o setor da Indústria até 2011 tinha apresentado um crescimento de 38,2% por cento para o período. Quanto à área de serviços, esta apresentou um crescimento de aproximadamente 73,2% por cento, se se tratando de um aumento bem representativo para o momento (quadro 08).

Entretanto, ao analisar separadamente os indicadores econômicos, deve-se ter certo cuidado, pois muitas vezes em vez de transparecer a verdadeira situação econômica de um dado município, o indicador possui a capacidade “maquiar” uma realidade, pois possui uma visão muito ampla e generalista a respeito da questão econômica local. Assim, tenho em vista que não foi diagnosticado nenhum dado agravante relativo a economia do município neste curto prazo, acredita-se que a economia municipal frente a indústria e comércio regional é uma área a ser explorada por meio de estudos mais aprofundados, e que busquem medidas voltadas ao desenvolvimento equitativo.

5. Considerações finais

O processo de gestão deve ser atribuído como um processo de formação dinâmico, transformador, abrangente, permanente e participativo, onde as pessoas envolvidas e afetadas diretamente pelas decisões governamentais passem a atuar como agentes transformadores, atuando ativamente por meio do diagnóstico dos problemas enfrentados, do planejamento, da execução, do monitoramento e por fim, da análise e avaliação das ações, por meio da busca de alternativas para melhorar determinadas situações, sugerindo possíveis soluções. (MOISÉS et al., 2010).

Entretanto, segundo o que os dados estatísticos nos refletem, pergunta-se: Será que tais ações estruturais implantadas pela gestão pública municipal são capazes de impulsionar o desenvolvimento da indústria e do comércio local? Questiona-se isto, pelo fato de que não é possível inferir que tais ações estruturalistas vão de fato, fomentar a indústria e o comércio regional, mesmo que tais atitudes foram elaboradas com este princípio. Ou seja, a gestão pública local deve repensar as ações capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico da região de maneira efetiva.

Ou seja, antes da aplicação de uma ação pública, é de extrema importância um estudo que vise realmente mensurar o grau de relevância daquela ação para a localidade em que se procura buscar melhorias. A gestão pública deve de fato adotar medidas concretas e de reais impactos para o desenvolvimento da região, buscando fortalecer a base econômica local (que no caso se caracteriza pela produção rural), em vez de fomentar a indústria e o comércio que inferem pouco desenvolvimento a economia local.

Entretanto, mesmo que a elaboração das ações públicas tenha como foco o desenvolvimento do município frente à economia local, muito há a se pensar, se de fato, tais

atitudes, estão produzindo algum ponto positivo, segundo o propósito pelo qual foram criadas. Outro fator importante, e que talvez necessite de maiores estudos e de ações políticas na área, se reflete sobre o ramo econômico no qual o município está focando para buscar desenvolver a região. Ou seja, a atual região possui uma economia representativa frente à produção agrícola. Deste modo, a gestão local está voltando-se diretamente as ações voltadas à indústria e ao comércio local, onde foi possível diagnosticar que a região não possui estrutura adequada para movimentar tal setor.

Desta maneira o atual trabalho sugere aos gestores legais e demais estudiosos da área em que tenham como finalidade o desenvolvimento da região, buscar a promoção de atividades que venham a agregar valor sobre tudo o que é produzido no município, tendo em vista fomentar as potencialidades, em vez de fomentar aqueles setores em baixa ou com pouca representatividade sobre a região. Ou seja, buscar atividades que venham fortalecer a economia local através da criação e promoção de empresas e capacitações que venham agregar valor aos produtos agroindustriais produzidos pela região. Acredita-se que muito se têm a estudar, investigar, compreender e elaborar novas políticas de fomento a economia local.

Assim, este estudo buscou relatar e realizar um panorama sobre a atividade da Indústria e do Comércio de um município de pequena estrutura, localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul, retratando a sua realidade local. Deste modo, devido ao estado ser compreendido por diversos municípios semelhantes à estrutura da cidade, foco do estudo, para estudos futuros é possível traçar um comparativo, onde possivelmente, demais municípios localizados em torno da região podem sofrer dos mesmos problemas descritos neste estudo. Assim, este estudo de caso, busca acrescentar a comunidade empresarial e acadêmica uma análise situacional possível de ser melhorado e com um amplo campo de estudo a ser explorado.

REFERÊNCIAS

BASTOS, F. A.; SANTOS, E.; TOVO, M. F. Capital Social e Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. **Saúde e Sociedade**, vol.18 no. 2, São Paulo, abr./jun., 2009.

FERNANDES, R. M C.; MACIEL, A. L. S.; CLOS M. B. **O perfil e a incidência do terceiro setor nas políticas públicas**: a realidade gaúcha em análise. São Luís -SP, 2012.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: **Atlas**, 1999.

HOLANDA, A.N.C. Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos, o caso do ProInfo e a experiência brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO].

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL . **Como funciona Programa Gaúcho de Microcrédito**.2014 Disponível em: <http://www.microcreditors.com.br/como-funciona-emprestimo-microcreditagaucho.php>. Acesso em: 15 jan 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431370>Acesso em: 01 fev 2016.

JUSTI, E ,B ,L. JUSTI, J. SILVA, L. M. GONÇÁLVES, L. H. ARANHA, J, A, M. JUSTI, J. Administração Participativa na Gestão Pública: um destaque para o controle social. I Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional, Ponta Porã- MS, set 2013.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... [et al] Cartilha de Sobrevivência para Micro e Empresas de Pequeno Porte. 2012. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1323289760.pdf. Acesso 12 jan. 2016.

MOISÉS, M.; KLIGERMAN, D. C.; COHEN, S. C.; MONTEIRO, S. C. F. A política federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, educação em saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol.15 no.5, Rio de Janeiro, jan. 2016.

SARAIVA, E,C,G. BRANDÃO, L, E, T. Risco privado em infra-estrutura pública: uma análise quantitativa de risco como ferramenta de modelagem de contratos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 41(6):1035-67, Nov./Dez. 2007.

SANABIO, M. T.; DAVID, M. V. Globalização e seus impactos nas Micro e Pequenas Empresas - MPEs. In: **III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2006.

SARFATI, G. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista de Administração Pública**, vol. 47, n. 01, , jan./fev. 2013.

SEBRAE/RS. **Sebrae qualifica indústrias na região norte**. 2014. Disponível em: < <http://www.sebrae-rs.com.br/index.php/noticia/2189-sebrae-qualifica-industrias-naregiao-norte>>. Acesso em: 21 out. 2015.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, FGV, 43(2):347-69, mar-abr 2009.

OECD.SMEs, entrepreneurship and innovation. Paris: **OECD Publishing**, 2010

PEREIRA. Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Org) Política Social no capit

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES. **MIP é vitrine para negócios futuros.** Disponível

em: <http://www.palmeiradasmissoesrs.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1583&Itemid=53> Acesso em: 15 out. 2015